

Artigo recebido em:
06.04.2019
Aprovado em:
21.06.2019

Heitor Costa Lima
Rocha

Professor Associado
do Departamento de
Comunicação Social e do
Programa em Pós-Graduação em Comunicação
da Universidade Federal
de Pernambuco.

E-mail: hcrocha@gmail.com

Anabela Maria Alves
Gradim Alves

Professora Auxiliar
com Agregação, Coordenadora do Grupo de
Comunicação e Media
do LabCom e Diretora
do Doutoramento em Ciências da Comunicação
na Universidade da Beira
Interior/Portugal.

E-mail: agradim@gmail.com.

Autonomia do jornalista, ética e política editorial: as implicações do enquadramento da notícia¹

Heitor Costa Lima Rocha
Anabela Maria Alves Gradim Alves

Resumo

Este trabalho pretende contribuir para o aprofundamento do estado da arte dos estudos de jornalismo, com relação à autonomia do jornalista quanto à política editorial dos veículos, a partir da avaliação das implicações éticas envolvidas na questão epistemológica da guinada linguística/pragmática dos paradigmas científicos tradicional positivista para o construtivista. Neste contexto, são abordadas questões controversas no campo de estudo do jornalismo como o conceito de objetividade e a autoria do jornalista na construção da notícia. Este propósito é perseguido desde os aportes pragmáticos de George Mead e Charles Peirce até as suas continuidades em teorizações mais recentes. A reflexão problematiza o compromisso do jornalismo com a ética da comunicação e uma postura moral pós-convencional fundamentada no compromisso do jornalismo com o fortalecimento da autoridade do público e o empoderamento da cidadania.

Palavras-chave: Enquadramento da Notícia. Ética da Comunicação. Construtivismo.

Autonomy of the journalist, ethics and editorial policy: the implication of news framing

Abstract

This paper intends to contribute to the deepening of the state of the art of journalism studies in relation to the journalist's autonomy regarding the editorial policy of vehicles, based on the evaluation of the ethical implications involved in the epistemological question of the linguistic/pragmatic turn of the traditional scientific paradigms from positivist to constructivist. In this context, controversial issues in the field of journalism study are addressed, such as the concept of objectivity and the authorship of the journalist in the construction of the news. This purpose is pursued from the pragmatic contributions of George Mead and Charles Peirce to their continuations in more recent theorizations. The reflection problematizes the commitment of journalism to the ethics of communication and a post-conventional moral posture based on the commitment of journalism with the strengthening of public authority and the empowerment of citizenship.

Key words: Framing of the News. Ethics of Communication. Constructivism.

¹Este artigo foi desenvolvido a partir de comunicação apresentada à V Internacional Conference on Media Ethics, realizada nos dias 28 e 29 de março de 2019, em Sevilha/Espanha.

A despeito de se poder identificar, como faz João Carlos Correia (2016, p. 7), um certo declínio na referência da “objetividade como conceito central das teorias que abordam o jornalismo e a comunicação política”, evidenciando uma tendência de adoção da “ideia de construção social da realidade”, ainda prevalece nos meios científicos uma forte influência da concepção de jornalismo objetivista (HALLIN; MANCINI, 2010).

Desta maneira, o estado da arte no campo de estudo do jornalismo parece carecer de aprofundamento quanto à consolidação dos critérios definidores da qualidade da prática jornalística sob duas perspectivas de paradigmas epistemológicos: o tradicional positivista fundamentado numa teoria da verdade como correspondência em que o jornalista deve ser neutro e imparcial, evitando emitir juízo de valor, como faz o modelo anglofônico de jornalismo objetivista, especialmente norte-americano (HALLIN; MANCINI, 2010); e o construtivista baseado na teoria consensual da verdade em que o profissional precisa articular e mediar a discussão pública contemplando a diversidade significativa de versões existentes na sociedade (HABERMAS, 1997; HERMAN, 2016), o que implica no reconhecimento da autoridade do público, como comunidade de comunicação, na definição do sentido e na deliberação democrática sobre as questões coletivas.

Na perspectiva tradicional positivista, observa Robert Park (2008) que a instituição do Jornalismo, no desempenho da sua função social de articulação e mediação da discussão pública, deixa de cumprir suas obrigações de apurar, investigar, interpretar e cobrar a responsabilidade diante dos valores morais e éticos vigentes na sociedade e, assim, não possibilita a formação do tribunal da opinião pública e, por conseguinte, o funcionamento pleno das instituições democráticas.

Isso ocorre, segundo Park, devido ao poder da imprensa em influenciar a “formação de opinião pública mobilizando a comunidade para a ação política” (PARK, 2008, p. 71). Acrescenta o estudioso que o papel da imprensa não é simplesmente orientar o público a respeito das questões envolvidas, pois, além disso, precisa “criar um desejo coletivo e um poder político o qual, à medida que mobiliza a comunidade, tende a finalizar a discussão. Isso é o que constitui o poder da imprensa” (PARK, 2008, p. 72).

Elizabeth Noelle-Neumann (2017) também chama a atenção para a pressão que o tribunal da reputação da opinião pública articulada pelo jornalismo exerce para induzir as pessoas e governos à conformidade com os valores éticos e morais, sob pena de serem condenados à desaprovação e ao isolamento social caso seus posicionamentos não coincidam com os considerados majoritários. Quanto à definição da situação, a estudiosa alemã desenvolve o conceito de “clima de opinião” para dar conta da complexidade que os veículos de comunicação de massa acrescentam ao entendimento da noção que o indivíduo tem das tendências do seu meio social. Segundo Noelle-Neumann, ao apresentarem um posicionamento minoritário como majoritário, os meios de comunicação podem induzir aqueles que acreditam estar em maioria a manifestarem entusiasticamente seus pontos de vista em público, enquanto as demais pessoas, ao se sentirem minoritárias, são pressionadas a se manterem caladas com medo do isolamento social.

Para a pesquisadora alemã, este tipo de funcionamento distorcido das instituições midiáticas expressa uma tendência anômica que desautoriza os valores éticos e morais imprescindíveis à vida democrática. Neste sentido, comenta o episódio do assassinato de um fiscal federal ocorrido na Alemanha em 1977, quando a cobertura midiática foi fraca e não conseguiu articular o tribunal da opinião pública para a condenação do crime:

É muito fácil saber se nos encontramos com uma notoriedade que estigmatiza ou com uma que perdoa um comportamento. Dar a conhecer uma conduta que viola normas sem censurá-la energeticamente a faz mais adequada socialmente, mais aceitável. Todos podem ver que esta conduta já não isola. (NOELLE-NEUMANN, 2017, p. 206).

No mesmo sentido, Matthes (*apud* GRADIM, 2016, p. 54) chama atenção para o fato de, além de contemplar a diversidade significativa em substituição ao mito do objetivismo, o jornalista, na perspectiva do interacionismo simbólico, assume o compromisso de realizar também “uma interpretação causal, uma avaliação moral”, ou seja, necessita fazer um juízo moral sobre os acontecimentos, permitindo à opinião pública orientar a atuação das instituições democráticas.

Enquadramento e construtivismo

Também para Robert Entman (1993), o enquadramento da notícia pressupõe a seleção de alguns aspectos da realidade, destacando-os como mais relevantes para definição de um problema particular através de interpretação causal, o que implica, necessariamente, a avaliação moral e a recomendação de tratamento para o caso.

Os quadros, então, definem os problemas – determinam o que um agente está fazendo com quais custos e benefícios, geralmente medidos em termos de valores culturais comuns; diagnosticar causas – identificar as forças que criam o problema; fazer juízos morais – avaliar agentes causais e seus efeitos; e sugerir remédios – oferecer e justificar tratamentos para os problemas e prever seus efeitos prováveis. (ENTMAN, 1993, p. 52)

Na linha de Entman, Gradim considera que precisamente o que define os enquadramentos é a pluralidade de níveis em que estes podem manifestar-se, desde o nível da gestão e organização linguística da percepção (LAKOFF, 2008; UNDERHILL, 2011), até à sua utilização no quotidiano (incluindo a produção jornalística), passando à sua análise e desconstrução. Este aspecto de certa forma justifica a pluralidade de paradigmas e teorias com que o tema vem sendo abordado, as quais poderiam ser apreendidas e fundamentadas na sua unidade por uma semiótica omni-compreensiva como a de Peirce (GRADIM, 2017).

No mesmo sentido, Reese (2001) decompõe os fenômenos de enquadramento em três níveis distintos: no primeiro encontramos os estudos de *framing* que se ocupam do processo de produção destes: a sua criação e reprodução por parte dos agentes envolvidos, e a sua desconstrução, nomeadamente no campo dos estudos jornalísticos, que avaliam a sua construção a partir das fontes, valores notícia e composição da apresentação. Num segundo nível, encontramos os estudos de *framing* que se ocupam de casos empíricos e que envolvem aplicações metodológicas concretas e, finalmente, emerge um terceiro nível focado na questão dos efeitos, que no caso do jornalismo compreende os estudos de recepção.

Na definição operativa dos três níveis de *enquadramento*, Reese (2001, p. 11) considera-os “princípios *organizadores* que são *partilhados* socialmente e persistentes ao longo do tempo, e que operam *simbolicamente* para estruturar *significativamente* o mundo social”, implicando reciprocamente fontes, informação, cultura, comunicadores e audiências na produção de uma visão coerente e compreensiva do mundo que mobiliza todos os recursos simbólicos disponíveis.

Os enquadramentos que emergem deste processo de implicação e construção recíproca podem, do ponto de vista do sujeito, manifestar-se cognitiva ou culturalmente. *Frames cognitivas* dirigem-se à orientação para pensar um fenómeno, através da atenção dirigida e do reforço de estereótipos, prestando-se por isso a um uso estratégico relativamente à construção das mensagens. *Frames culturais*, por seu turno, não designam um tema concreto e possuem por isso um alcance muito mais vasto: explicam a realidade social dentro de um horizonte cultural alargado, e pela sua dimensão são difíceis de apontar, pois tendem à naturalização. Fazem parte do que Hallin (1986) denomina de “esfera de consenso” nos valores notícia e são dificilmente questionáveis: pena de morte, escravatura, impossibilidade de voto para as mulheres, são questões que fizeram outrora parte do grande consenso social da comunidade, operando como frames culturais naturalizadas. O seu inverso tornou-se, entretanto, consensual nas sociedades

democráticas ocidentais, fornecendo o contexto cultural mais vasto em que são enquadrados os fenômenos e a percepção dos problemas.

O facto de as questões de enquadramento dominarem hoje os estudos de mídia e jornalismo atesta a importância do paradigma construtivista. No entanto, o papel da autoridade do público na negociação dos significados nem sempre é objeto do reconhecimento devido.

Fundamentação epistemológica

No caminho desenvolvido do paradigma tradicional positivista, fundamentado na filosofia da consciência (mentalismo) e, conseqüentemente, na teoria da verdade como correspondência entre a representação (representacionismo) e a própria realidade, para o paradigma construtivista, fundamentado na filosofia da linguagem e na teoria consensual da verdade, caracterizado pela guinada linguística/pragmática, pode-se identificar a questão central da forma de legitimação e validação dos significados e conhecimentos de uma maneira geral, mas também do campo da comunicação e do jornalismo.

No primeiro caso, fica patente a presunção de acesso à verdade absoluta pela consciência de um sujeito transcendental raciocinando de forma perfeita, fora da história e da sociedade, podendo “descobrir”, através do verificacionismo da objetividade, as leis de causa e efeito universais válidas para todas as pessoas, em todos os lugares e em todos os tempos, ou seja, capaz de produzir o conhecimento perfeito, completo e acabado, sem ser passível de revisão. Portanto, a teoria do espelho no jornalismo chega a pressupor que as notícias são como são porque a própria realidade assim as determina (TRAQUINA, 2004). Da mesma maneira que, infelizmente, muitos teóricos insistem na persistência do conceito de objetividade como se a validação dos significados e conhecimentos pudesse ser definida pela própria correspondência com a realidade, sem admitir que a própria noção da realidade chega até as pessoas através da linguagem, como relatos do mundo, ou seja, “já impregnada de linguagem” (HABERMAS, 2012, p. 14).

No caso do paradigma construtivista, a teoria consensual da verdade pressupõe a definição do significado através de um processo de negociação intersubjetivo pelos participantes da comunidade de comunicação, cujo consenso estabelece, sempre de modo provisório e sujeito à revisão, a noção da verdade e realidade das coisas e estados de coisas do mundo objetivo, mas também do que deva ser reconhecido como legítimo, correto e justo nas relações interpessoais do mundo social. Na perspectiva construtivista, o jornalista assume o papel de articulador e mediador da discussão pública com o compromisso ético de contemplar a diversidade significativa das versões existentes na sociedade, mas, também, além disso, de posicionar-se diante das questões públicas de maneira assumidamente crítica, elaborando um juízo respaldado no conjunto de princípios morais para que a sociedade possa formar uma vontade política em que a opinião pública se constitua em tribunal da honra capaz de coordenar o desempenho das instituições democráticas e ameaçar com o isolamento social as transgressões e desvios às normas e leis.

Pragmática e comunicação

Dentro da tradição pragmática, a teoria da comunicação de George Mead (1967) permite que este campo de estudo científico supere o mero âmbito instrumental a que o positivismo o reduziu e alcance um estatuto de elemento fundamental da espécie humana, tanto na sua dimensão filogenética, quando ensejou o surgimento do *homo sapiens* através do desenvolvimento da linguagem com símbolos de significado idêntico, quanto na dimensão ontogenética, com o papel de constituição da identidade das pessoas na interação social, com a formação da noção do outro generalizado (*me*). Desta maneira, esta discussão epistemológica se faz necessária para

a adequada compreensão da base pragmática do paradigma construtivista, evidenciando a estratégica observação de Habermas de que é, exatamente, a dificuldade de negociação para definição do significado idêntico dos símbolos, imprescindível para viabilizar o entendimento linguístico, que marca o salto da evolução filogenética do hominídeo ao *homo sapiens* (MEAD, 1967), exigindo o escrutínio e reconhecimento da validação intersubjetiva da comunidade de comunicação sobre o consenso sempre provisório das pretensões de validade sobre o que se pode ter como o racional, lógico, verdadeiro, justo e legítimo, levando em conta a incompletude do processo de semiose e o falibilismo, conforme teorizado por Peirce (GRADIM, 2006).

O desafio da negociação visando a definição do significado idêntico dos símbolos, para Habermas (2012, p. 13), fica patente no fato de que

[...] os sinais ou frases contendo um único termo só fazem sentido num determinado contexto; não existem termos singulares capazes de identificar objetos numa situação concreta sem levar em conta o contexto. [...] Por isso, existe uma relação inequívoca entre o significado de um sinal (em todos os seus componentes modais de significação) e o tipo de comportamento que o emissor espera do destinatário (HABERMAS, 2012, p. 13).

Mead explica o surgimento da linguagem afirmando que o potencial semântico depositado nas interações mediadas por gestos torna-se disponível simbolicamente para os participantes da interação mediante uma internalização da linguagem de gestos (*apud* HABERMAS, 2012, p. 16). Nesse processo, distingue duas etapas. A primeira em que surge uma linguagem de sinais que transforma o significado objetivo de padrões de comportamento típicos em significados simbólicos, tornando-os acessíveis a um entendimento entre os participantes da interação, que caracteriza a passagem da interação mediada por gestos para a interação mediada simbolicamente, interpretada por Mead como semantização de significados naturais. E a segunda etapa em que os papéis sociais revelam aos participantes o significado natural de certos sistemas de comportamento funcionalmente diferenciados, como a caça, a reprodução sexual, a defesa do território, a rivalidade de status, entre outros significados naturais que são tornados normativamente obrigatórios pelos papéis sociais.

No caminho que leva da interação mediada por gestos à interação mediada por símbolos, os gestos se transformam em símbolos quando os significados que valem somente para um organismo singular são substituídos por significados que valem para todos os participantes (1). O comportamento dos participantes da interação se transforma, de modo que, no lugar de uma relação causal em termos de “estímulo-reação-estímulo”, entra a relação interpessoal que se estabelece entre falante e destinatário: nela, ambos se relacionam levados por uma intenção comunicativa (2). Por fim, ocorre uma mudança estrutural da interação quando os participantes começam a distinguir entre atos de entendimento e ações orientadas pelo êxito (3). “Essas três tarefas permitem resolver o problema envolvendo a evolução da interação, isto é, a passagem da etapa da interação gestual para a etapa da interação simbólica”. (HABERMAS, 2012, p. 18-19).

Depois de considerar esta explicação de Mead desta passagem ainda presa ao modelo da filosofia da consciência, Habermas observa que toda a estrutura da interação é modificada quando surge uma subjetividade de ordem superior que se relaciona consigo mesma de modo mediato, ou seja, por meio de relações complexas com outros.

Embora esta percepção conceba a emergência de uma forma de vida superior, cuja principal característica consiste numa intersubjetividade ancorada na linguagem, viabilizando o agir comunicativo, Mead, entretanto, “não distingue nitidamente o nível da interação mediada por símbolos do nível da interação mediada pela linguagem e direcionada por normas” (*apud* HABERMAS, 2012, p. 21-22).

Diante da eventualidade da comunicação malsucedida e à proporção que cada um assume em si mesmo a atitude crítica do outro perante a interpretação fracassada de um ato comunicativo, eles criam regras para a utilização de símbolos, com as quais podem decidir previamente, em cada situação, “utilizar um gesto revestido de significado de modo que o outro não tenha motivos para uma tomada de posição crítica.

Assim, formam-se convenções de significado e símbolos que podem ser empregados com significado idêntico” (HABERMAS, 2012, p. 28-29). A superação dessa limitação de Mead sobre a importância da internalização das tomadas de posição do outro com relação à não-identidade do significado de símbolos vai ser encontrada por Habermas na análise wittgensteiniana do conceito de regra.

O significado constante do mesmo símbolo tem de ser reconhecível pelos próprios usuários do símbolo. E essa identidade do significado só pode ser garantida mediante a validade intersubjetiva de uma regra, a qual circunscreve “convencionalmente” o significado de um sinal (HABERMAS, 2012, p. 31-32).

Assim, a explicação de Wittgenstein (1975) evidencia as relações existentes entre dois momentos típicos de qualquer símbolo: o significado idêntico e a validade intersubjetiva, entre a observância da regra e a tomada de posição crítica mediante um sim/não perante transgressões da regra. A compreensão de uma ação simbólica caminha junto com a competência de seguir uma regra, pois

[...] significados simbólicos constituem ou fundam a identidade do mesmo modo que as regras, as quais geram a unidade na multiplicidade de suas incorporações exemplares e na variedade de suas diferentes realizações e preenchimentos. Os significados valem como idênticos graças a uma regulamentação convencional. (HABERMAS, 2012, p. 33-34).

Como as regras não funcionam só para uma pessoa e dependem da validade intersubjetiva, valem de modo contrafático, necessitando que os envolvidos na interação possam criticar o comportamento regido por regras e avaliá-lo como bem-sucedido ou faltoso. É preciso essa possibilidade de crítica e esclarecimento recíproco que constitui o consenso, sem o qual não seria possível garantir a identidade das regras e, conseqüentemente, dos significados dos símbolos.

Na sua concepção de socialização de um ângulo ontogenético, como constituição do si mesmo pela linguagem, tomando como base o mecanismo de adoção de atitudes, Mead observa que a pessoa adquire personalidade a partir do momento em que pertence a uma comunidade e assume em seu próprio comportamento as instituições dessa sociedade, pois adota a linguagem dessa sociedade como um meio que lhe permite desenvolver sua personalidade.

É graças à linguagem que a pessoa consegue captar as atitudes e os diferentes papéis desempenhados pelos demais membros e, à proporção que exerce influência noutras pessoas, está desenvolvendo sua própria identidade através de expectativas de comportamento já reguladas. Por conseguinte, a estrutura da identidade implica uma relação comum a todos, uma vez que, para possuir uma identidade, temos de ser membros de uma comunidade.

Neste contexto do agir comunicativo, as ofertas contidas nos atos de fala extraem sua força de ligação da relação interna entre argumentos e pretensões de validade, que não podem ser aceitas ou rejeitadas sem uma razão, pois dependem da expectativa de buscar um consenso racionalmente motivado que lhes permita coordenar seus planos e suas ações, sem a necessidade de coações ou recompensas para influir nos outros, configurando, exclusivamente através do meio linguístico do entendimento, a força capaz de vincular a vontade de atores responsáveis por seus atos a uma noção do outro generalizado (*generalized other*).

No tocante à reprodução ou transformação do pano de fundo cultural, Habermas distingue entre, por um lado, a manutenção das crenças da tradição herdada, quando prevalece uma atitude naturalizada e não reflexiva, e, por outro lado, quando crenças malsucedidas desafiam a negociação de novos consensos, no caso de situações de crise, a necessidade de suspensão dessas crenças impõe-se em busca de um acordo no qual cada membro da comunidade de comunicação envolvido no problema pode se posicionar com um sim ou com um não para solução provisória do conflito. No primeiro caso, prevalece um enquadramento natural

do significado das crenças, enquanto no segundo o indivíduo é interpelado para se posicionar diante de uma questão problematizada do mundo exterior.

A partir da teorização de Lawrence Kohlberg (1981), Habermas (1989) observa o enquadramento naturalizado dos níveis de desenvolvimento da consciência moral pré-convencional (as normas são aceitas pelo indivíduo, exclusivamente para não sofrer a sanção) e convencional (quando o cidadão já percebe a importância do contrato social para a estabilização da expectativa dos outros em relação ao seu comportamento e sua adequada integração social), pois inexistente a consciência de que a realidade é uma construção social na qual o indivíduo participa, o que, conforme Berger e Luckmann (2014), induz à posição reificada de que, por achar que não pode influir neste processo, ele pode se eximir de qualquer responsabilidade sobre ela.

Assim, somente no nível de desenvolvimento da consciência moral pós-convencional o indivíduo assume a realidade como uma construção social na qual ele pode influir e, por isso, não pode deixar de ter responsabilidade sobre o destino coletivo. Assim, pode se conceber a ética construtivista neste nível de desenvolvimento da consciência moral pós-convencional. E, portanto, a perspectiva da teoria construtivista do jornalismo não pode deixar de atribuir à instituição jornalística o dever de se posicionar pelas transformações das crenças, normas e leis que ameacem a soberania da pessoa sobre o seu destino e sua vida.

Peirce e o enquadramento

A construção social da realidade do interacionismo simbólico, ancorada nas relações sociais e nos significados particulares que os indivíduos trazem à interação, pode ser compreendida em toda a profundidade a partir da obra de Peirce (1932), que na sua epistemologia realçou os aspectos sociais de construção da verdade, a qual, num outro nível, tem como correlato na semiótica a construção dinâmica do significado e o seu diferimento até à obtenção do estado de crença.

Começamos com o plano semiótico, para passar ao epistemológico. Na sua mais conhecida descrição do signo, Peirce (1932) define-o como

[...] algo que está para alguém a algum respeito ou capacidade. Dirige-se a alguém, isto é, cria na mente dessa pessoa um signo equivalente, ou talvez um signo mais desenvolvido. A esse signo que cria chamo o interpretante do primeiro signo. O signo está por alguma coisa, o seu objecto. Está por esse objecto não em todos os seus aspectos, mas em referência a uma espécie de ideia, que algumas vezes chamei de fundamento do representamen (CP 2.228, s/p, online).

Todo o pensamento, como toda a comunicação, repousam sobre processos sígnicos, e todo o signo é uma realidade triádica: algo (1), que faz as vezes de outra coisa, o seu objeto (2), e produz na mente do seu intérprete um interpretante (3), que sendo um novo signo, deve por sua vez possuir os três elementos que o caracterizam. Este é o processo de semiose ilimitada: cada interpretante (o pensamento ou ideia que o signo provoca no seu intérprete) é ele próprio um signo triádico de pleno direito. Assim, qualquer pensamento será traduzido em pensamentos subsequentes, formando uma cadeia ou *train of thought*, e provocando um longo diferimento do significado, que termina quando o sujeito atinge o interpretante final, que se identifica com o hábito ou crença sobre o valor daquele signo.

Em Peirce (1932) a significação está dependente desta cadeia de pensamento, em que interpretantes se vão continuamente traduzindo uns aos outros, permitindo a formação de uma ideia cada vez mais apurada do seu objecto. Essa ideia é uma construção, e potencialmente mutável, correspondendo à regra, ou hábito, ou acordo da comunidade.

A epistemologia peirceana e a sua teoria da verdade seguem a mesma regra, o que as torna profundamente atuais pois ao mesmo tempo que rejeitam o idealismo e o relativismo (que seriam fatais à possibilidade mesma de existência do jornalismo, e estão na base da crise das *fake news*), conservam o realismo de tipo aristotélico, a ideia de existência de um mundo sobre qual se podem produzir enunciados que serão

verdadeiros se objeto de acordo generalizado da comunidade, mas sobre os quais nunca se exclui a possibilidade de revisão, ou seja, o falibilismo.

²É por esta via que a teoria do conhecimento de Peirce supera o dualismo kantiano entre fenômeno e númeno, cognoscível e incognoscível: identificando o real com o que pode ser conhecido.

Para Peirce, o conhecimento começa na experiência, nos dados sensoriais, a partir dos quais por inferência o sujeito constrói uma representação do mundo. O real, assim, é identificado como aquilo que é cognoscível; é uma representação, mas visto essa representação não poder ser ultrapassada é tudo o que há². Este real é infinitamente cognoscível: tal como no processo de semiose ilimitada, o homem vai produzindo inferências que determinam intersubjetivamente o que o real é. Tal é, também, a natureza do método científico: este é superior aos outros modos de fixar a crença: admite sem exceção o carácter hipotético e falível das proposições científicas, ao mesmo tempo que admite a validade das formas de inferência pelas quais as proposições científicas são produzidas. O que se assume é a validade a longo prazo do processo científico, que assenta no acordo da comunidade, mas cujas proposições são sempre passíveis de revisão. A opinião verdadeira nunca pode ser identificada com toda a certeza, embora *in the long run* o homem deva necessariamente atingi-la. Esgotados os critérios da experiência de uma dada questão, da crença que então se atinge não se pode duvidar.

Em Peirce, quer o método científico, quer as representações do real e os processos de interpretação *signica*, *ergo*, de comunicação, são abertos (ilimitados, dir-se-á no caso da semiose); estáveis, com uma estabilidade assente na sua validade intersubjetiva, mas passíveis de reelaboração e transformação.

Esta epistemologia, como esta semiótica, têm grande capacidade quer para explicar as teorias do enquadramento (*framing*), que consistem numa reelaboração e num modo de apresentar o real que é necessariamente focado e parcial (no sentido em que é uma representação, e não a própria coisa representada, e que o significado dessa representação pode ser sucessivamente reelaborado); quer para responder às questões de fetichização da objetividade jornalística: o real existe mas é um constructo elaborado a partir de inferências produzidas a partir dos dados dos sentidos, e do acordo da comunidade sobre o resultado dessas inferências.

Uma tal concepção levar-nos-ia longe na análise do poder demiúrgico dos *media*, das teorias do *agenda-setting* aos *media* enquanto quarto poder, mas mesmo sem entrar nesse campo, para o jornalismo e os jornalistas uma consequência é muito clara: a responsabilidade ética no reporte dos acontecimentos e dos “fatos” vai muito além da mera reprodução desses fatos ou acontecimentos. Em primeiro lugar, essa reprodução (até pelo inescapável enquadramento) é já uma interpretação; em segundo, quando se tem consciência disso, o ritual da objetividade, como muito bem assinalou Gaye Tuchman (1972), muitas vezes não é mais do que um mantra defensivo para espantar responsabilidades e iludir incautos.

A objetividade e a ideologia

Segundo Michael Schudson (2010, p. 16), a crença na objetividade é apenas a ideia de que se pode e se deve separar fatos de valores, considerando “fatos” como “declarações sobre o mundo abertas a uma validação independente” que se distinguem das influências distorcidas de quaisquer preferências pessoais, enquanto os valores são tidos como “as predisposições conscientes ou inconscientes de um indivíduo sobre o conceito de mundo”; portanto, “a crença na objetividade é uma confiança nos “fatos”, uma desconfiança dos “valores”, e um compromisso com a segregação de ambos”.

Se antes de 1920, os jornalistas não tinham por que duvidar da “realidade” na qual viviam, para Schudson, após a I Guerra Mundial, porém, isto mudou: os jornalistas, como outros profissionais, perderam a confiança em verdades tidas como inquestionáveis numa sociedade democrática de mercado, devido à propaganda e às relações públicas.

Neste contexto no qual os próprios fatos estavam em questão, a resposta da indústria das notícias foi a “objetividade”. A discussão da objetividade como um ideal

(ou ideologia), então, foi vinculada à ciência “interpretada como sendo o correto, o verdadeiro ou o melhor caminho para o conhecimento. Este é o ponto em que a ciência, geralmente compreendida como o oposto de ideologia, ameaça se tornar ela própria uma ideologia” (SCHUDSON, 2010, p. 18).

Deveria ser evidente que a crença na objetividade, no jornalismo como em outras profissões, não é somente uma afirmação sobre que tipo de conhecimento é fidedigno. É também uma filosofia moral, uma declaração sobre com que tipo de pensamento cada um deveria comprometer-se ao tomar decisões morais. É, além disso, um compromisso político, pois fornece uma direção sobre que grupos cada um deveria reconhecer como público apropriado para julgar seus próprios pensamentos e atos. O público apropriado é definido por mecanismos institucionais. Dois mecanismos de controle social são, com frequência, repetidos para garantir a objetividade em campos diferentes. Primeiro, existe a educação e treinamento (SCHUDSON, 2010, p. 18-19).

Associada à imparcialidade, o conceito da objetividade, desde o seu surgimento, foi acompanhado pela crítica, como a do movimento do *Muckracking*, composto por jornalistas que, no início do século XX, mantinham um foco na investigação e exposição pública das irregularidades e má administração do governo, de grandes empresas e de instituições sociais. Assim, “desde o início, a crítica do “mito” da objetividade tem acompanhado a sua enunciação” (SCHUDSON, 2010, p. 185).

E a objetividade no jornalismo, considerada como antídoto para a parcialidade, passou a ser encarada como a parcialidade mais insidiosa, dentre todas. Porque a reportagem “objetiva” reproduzia uma visão da realidade social que se recusava a examinar as estruturas básicas do poder e do privilégio. Ela não era apenas incompleta, como sustentavam os críticos dos anos 1930, mas distorcida. (SCHUDSON, 2010, p. 188).

No levantamento feito por Schudson, três tipos de críticas atacavam a noção de objetividade: a falta de questionamento sobre a validade dos pressupostos políticos substantivos em que se baseiam as notícias; o formato tendencioso do conteúdo das notícias para reforçar as estruturas de poder estabelecidas; e a tendência de priorizar eventos e pseudoeventos, com o intuito de controlá-los e manipulá-los, ao contrário dos movimentos reformadores que exploram a orientação para questões, incorrendo numa forma intensamente condicionada pelas rotinas de captação de notícias.

A queda acentuada nos índices de audiência e a consequente crise no modelo de negócio da indústria das notícias no atual cenário marcado pela consolidação das mídias digitais preocupam empresários, jornalistas e estudiosos. No entanto, Carlson (2017, p. 4) identifica no jornalismo atual, simultaneamente, “uma crise de diminuição de quantidade e qualidade, de moral e senso de missão, de valores e liderança”. No mesmo sentido, Todd Gitlin (1980) amplia a compreensão do problema, denunciando a indescritível crise de autoridade que se aprofundou das preocupações sobre a credibilidade para algo mais grave envolvendo a própria legitimidade do modelo predominante de jornalismo objetivo.

Para qualquer um que acompanhe a indústria de notícias de perto, as alegações de Gitlin não parecem controversas ou exageradas, mas indicam mudanças que ocorrem no jornalismo. Avaliar o que essas mudanças significam para a autoridade jornalística requer abordar a primeira parte do paradoxo: nossa falta de compreensão sobre o tipo de autoridade que os jornalistas têm. (CARLSON, 2017, p. 4).

No esforço de elaborar uma teoria coerente da autoridade jornalística, Carlson (2017, p. 6) considera fundamental o reconhecimento das condições necessárias para que uma notícia seja aceita como um relato legítimo de um acontecimento, levando em conta o jornalismo como “uma realização sociotécnica envolvendo uma gama de atores, estruturas organizacionais, tecnologias de comunicação e práticas culturais”.

Assim, o tipo de autoridade que o jornalismo exerce na sociedade deve ser compreendido numa perspectiva holística, a partir, segundo Carlson (2017, p. 10-11), de cinco premissas sobre o significado de um conhecimento autorizado a ser

acreditado pelos outros. A primeira premissa para o exercício da autoridade é possuir o direito de ser ouvido. A segunda premissa concebe a autoridade, não como uma qualidade intrínseca de uma pessoa ou instituição, mas como uma relação assimétrica entre os que têm autoridade e aqueles que estão submetidos a essa autoridade. Diante da característica relacional da autoridade, Carlson chama atenção para o fato dela só poder ser exercida e se materializar através do discurso, o que constitui a terceira premissa.

A quarta premissa abrange a dimensão institucional de um domínio limitado de conhecimento que é reconhecido como revestido de autoridade pelos outros. E a quinta e última premissa para se pensar a autoridade é a imprescindível condição de estar sempre aberta à contestação e à mudança. Assim, é superada a ideia da autoridade como objeto estável por uma conceituação de ser a autoridade o direito de ser seguido dentro de uma relação discursiva assimétrica, “que inclui controle sobre conhecimento particular e que está sujeito a contestação e mudança em relação a seus modos de legitimidade” (CARLSON, 2017, p. 12).

A legitimidade do jornalismo, neste sentido, decorre dos procedimentos desenvolvidos na sua produção, que precisam ser reconhecidos como válidos pelo público, pois os jornalistas não podem forçar o público a aceitar seus relatos, mas devem acreditar na aceitação pública do conhecimento jornalístico produzido. A necessidade da validação intersubjetiva da comunidade de comunicação constituída pelo público evidencia como necessária sua influência para a existência da autoridade jornalística.

A autoridade do público

Na perspectiva da teoria de sistemas fechados de Niklas Luhmann (1993) as únicas formas de influir nos rumos da sociedade são desenvolvidas pelo poder dos grupos que controlam o aparelho de Estado e o dinheiro das grandes corporações do mercado. No entanto, na noção de sistemas abertos implícita na teoria da ação comunicativa de Jurgen Habermas (1997), existe a possibilidade da solidariedade ser capaz de alterar a forma de funcionamento da administração política e dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, afirmando a influência da coletividade e a autoridade do público.

Evidentemente que isto só pode acontecer em circunstâncias especiais, quando as barreiras para excluir da discussão pública os setores da periferia que caracterizam a comunicação sistematicamente distorcida do jornalismo objetivista são superadas. Os privilégios das elites são reproduzidos nas deliberações articuladas pelo jornalismo através dos procedimentos da objetividade, de forma mais restrita no modelo de acesso interno, em que são levados em conta exclusivamente os interesses e a “lógica” da estrutura de poder. Contudo, até mesmo no modelo de mobilização, no qual “as galerias da opinião pública” precisam dar sua anuência, nem que seja de forma tácita, os resultados, em geral, são a favor das elites, pois a capacidade crítica da esfera pública é mantida numa situação de repouso pelo caráter áulico do jornalismo objetivista e pelos meios de controle sistêmicos de poder e dinheiro.

Entretanto, embora tributário do modelo de mobilização, nos momentos de crise de autoridade, surge o modelo de iniciativa externa, em que os setores contra-hegemônicos dos movimentos sociais, sindicais e comunitários, intelectuais, artistas, estudantes, professores e demais grupos da periferia que se contrapõem à ideologia dominante conseguem institucionalizar na pauta da esfera pública articulada pelo jornalismo suas reivindicações, para formar opinião consistente, vontade política expressiva com a mobilização de multidões nas ruas, através da solidariedade a suas causas, constituindo-se em poder comunicativo com natureza material suficiente para forçar os legisladores a aprovarem novas leis e obrigar os poderes Judiciário e Executivo a cumprirem estas decisões legais. Na eventualidade especial do modelo de iniciativa externa percebe-se um reenquadramento (reframing) da forma de definição da situação da realidade (TELLERÍA; CORREIA; ROCHA, 2017), superando o tradicional enquadramento naturalizador do pano de fundo cultural.

Neste cenário fortalecido pelo advento das novas mídias torna-se mais clara a vinculação recíproca das condições de exercício da autonomia dos jornalistas, com o desenvolvimento de enquadramentos educativos para interpelar as pessoas do público para se assumirem como comunidade moral com força para afirmar o interesse da coletividade diante da política editorial das organizações empresariais, bem como dos meios de controle sistêmicos poder e dinheiro. Assim, com este enquadramento cultural reflexivo substituindo aquele tradicional que tornava os significados da realidade social implícitos e naturalizados, abre-se a possibilidade da autoridade do público para assegurar a influência da coletividade nas deliberações sobre a forma de enfrentar e tentar resolver os problemas sociais através da legitimação pela validação intersubjetiva da comunidade de comunicação.

Deste modo, tornam-se patentes as implicações éticas pós-convencionais do paradigma construtivista para a construção de enquadramentos capazes de revestir a prática jornalística de compromissos consistentes com a inclusão social, o respeito à alteridade, à diversidade e, por fim, com a consolidação da democracia.

Referências

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. 36 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CARLSON, Matt. **Journalistic Authority**: Legitimizing News in the Digital Era. New York: Columbia University Press, 2017.

CORREIA, João Carlos F. Prefácio. In: GRADIM, Anabela., **Framing** – O enquadramento das notícias. Lisboa: Livros Horizonte, 2016.

ENTMAN, Robert. Framing: Toward clarification of a fractured paradigm. **Journal of communication**, 43 (4), 51-58, 1993.

GITLIN, Todd. **The whole world is watching**: Mass media in the making & unmaking of the new left: Univ of California Press, 1980.

GRADIM, Anabela. “Para uma leitura semiótica das teorias de framing: reinterpretando o enquadramento com base na categoria peirceana de terceiridade”. **Revista Galáxia** (35), 21-31. doi:<http://dx.doi.org/10.1590/1982-2554127832>, 2017.

GRADIM, Anabela. **Framing** – O enquadramento das notícias. Lisboa: Livros Horizonte, 2016.

GRADIM, Anabela. **Comunicação e Ética. O sistema semiótico de Charles S. Peirce**. Covilhã: Labcom Books, 2006.

HABERMAS, Jurgen. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

HABERMAS, Jurgen. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade (vol. 2). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HABERMAS, Jurgen. **Teoria do agir comunicativo**: sobre a crítica da razão funcionalista (vol. 2). São Paulo: Martins Fontes, 2012.

- HALLIN, Daniel C. **The “Uncensored War”**: The Media and Vietnam, Oxford: Oxford University Press, 1986.
- HALLIN, Daniel C.; MANCINI, Paolo. **Sistemas de Media**: Estudo Comparativo – Três Modelos de Comunicação e Política. Lisboa: Livros Horizonte, 2010.
- HERMAN, Edward. A diversidade de notícias: marginalizando a oposição. *In*: TRAQUINA, N. **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. Florianópolis: Insular, 2016.
- KOHLBERG, Lawrence. **The meaning and measurement of moral development**. Worcester, Mass. (EUA): Clark University Press, 1981.
- LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. **Metaphors we live by**. Chicago: University of Chicago Press, 2008.
- LUHMANN, Niklas. **A Improbabilidade da Comunicação**. Lisboa: Vega, 1993.
- MEAD, George. **Mind, self & society**. Chicago: The University of Chicago Press, 1967.
- MINDICH, David. **Just the Facts** – How “Objectivity” Came to Define American Journalism, New York and London: New York University Press, 1998.
- NOELLE-NEUMANN, Elizabeth. **A espiral do silêncio**: nossa pele social. Florianópolis: Estudos Nacionais, 2017.
- PARK, Robert E. “News as a form of knowledge”. *In*: TUMBER, Howard (ed.). **News – A Reader**, UK: Oxford University Press, 1999.
- PARK, Robert. Notícia e poder na imprensa. *In*: BERGER, Christa; MAROCCO, BEATRIZ (Orgs.). **A era glacial do jornalismo**: teorias sociais da imprensa. Porto Alegre: Sulina, 2008.
- PEIRCE, Charles Sanders, **Collected Papers**, vol. 1-8. [1931, 1958] Edit.: HARTSHORNE, Charles, WEISS, Paul; BURKS, William. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, Electronic Edition by Intalex Corporation, Charlottesville, 1932 (vol. 2).
- REESE, S. D., GANDY Jr, O. H., & Grant, A. E.. **Framing public life: Perspectives on media and our understanding of the social world**. New York: Routledge, 2001.
- SCHUDSON, Michael. **Descobrimos a notícia**: uma história social dos jornais nos Estados Unidos. Petrópolis: Vozes, 2010.
- TELLERÍA, Ana S.; CORREIA, João Carlos F. ROCHA, Heitor C. L. Structural Crises of Meaning and New Technologies: Reframing the Public and Private in the News Media Through the Expansion of Voices by the Social Network. *In*: TELLERÍA, Ana S. (Ed.). **Between the Public and Private in Mobile Communication**. New York/London: Routledge / Taylor & Francis Group, 2017.
- TRAQUINA, Nelson. **A tribo jornalística**. Lisboa: Editorial Notícias, 2004.
- TUCHMAN, Gaye. Objectivity as Strategic Ritual: An Examination of Newsmen's Notions of Objectivity. **The American Journal of Sociology**, Vol. 77, No. 4, p. 660-679, The University of Chicago Press, 1972.

UNDERHILL, James W. **Creating Worldviews: Metaphor, Ideology and Language.**
Edinburgh: Edinburgh University Press, 2011.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações Filosóficas.** Os Pensadores, vol. XLVI,
São Paulo: Abril, 1975.